



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para exigir, na propaganda do candidato incurso em situação de inelegibilidade após o momento de formalização do registro de sua candidatura, a inserção dos dizeres “este candidato foi incurso na Lei Complementar nº 64/90, e considerado ficha suja”.



SF/19927.94826-85

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte §15:

“Art.11.....
.....

§ 15. Todas as peças usadas na propaganda eleitoral dos candidatos tornados inelegíveis após o momento de formalização do registro de sua candidatura, em razão do disposto na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, deverão conter, de maneira perceptível para o eleitor, os dizeres “este candidato foi incurso na Lei Complementar nº 64/1990 e considerado ficha suja.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É objetivo do presente Projeto de Lei propiciar o acesso do eleitor a toda informação relevante a respeito dos candidatos, de modo a garantir a deliberação refletida dos eleitores e, por conseguinte, sua responsabilidade política pela atuação dos mandatários eleitos.

Trata-se, no caso, de assegurar ao eleitor a informação a respeito da situação de inelegibilidade em que o candidato venha a incorrer após a formalização do pedido de registro de sua candidatura. Nesses casos, a proposição exige que as peças de propaganda dos candidatos nessa situação façam constar, de maneira perceptível para o eleitor, os dizeres “este candidato foi incurso na Lei nº 64, de 1990 e considerado ficha suja”.

Ou seja, declarado inelegível, o candidato não poderia obter registro na eleição seguinte. No entanto, já contaria com a sua candidatura regularizada para a eleição presente e poderia dela participar. No entanto, sua campanha seria obrigada a expor ao eleitor a decisão da Justiça Eleitoral quanto a sua inidoneidade. Caberá ao eleitor informado a decisão política de dar ou não seu voto e sua confiança a um candidato nessa situação.

Cumpre esclarecer o projeto inspira-se em proposição de conteúdo similar, apresentada pelo então Senador Cristovam Buarque em 2012.

Essas as razões por que solicitamos o apoio de nossos pares para o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU

